

SINDICATOS E LUTAS OPERÁRIAS

Evaristo de Moraes Filho

GRÊMIOS DE OFÍCIOS E CORPORAÇÕES RELIGIOSAS

Referindo-se ao insularismo social do povo brasileiro, escreve Capistrano de Abreu, nos *Capítulos de História Colonial*: "Os mecânicos nunca formaram grêmios profissionais à maneira da Europa: eram para isso muito poucos, e se nas cidades podiam viver de um só ofício, em lugares de população menos densa precisavam de sete instrumentos para ganhar a subsistência. Mesmo nas cidades faziam-lhes concorrência os oficiais escravos. A falta de grêmios notava-se nas outras classes. Continuavam as históricas pessoas morais, mas sua ação, já enfraquecida pela vastidão do território, acabara de definir desde que o absolutismo nivelador desatendeu a seus privilégios. Se excetuarmos algumas irmandades e associações de beneficência, como as casas de misericórdia, sempre beneméritas e sempre vivazes, as manifestações coletivas eram sempre passageiras: mutirão, pescarias, vaquejadas, feiras, novenas. Entre o Estado e a família não se interpunham coordenadores de energia, formadores de tradição, e não havia progressos definitivos. Um indivíduo podia tentar uma empresa e levá-la a bom êxito; com a sua ausência ou com a sua morte perdia-se todo o trabalho, até vir outro continuá-lo passados anos, para afinal colher o mesmo resultado efêmero. Vida social não existia, porque não havia sociedade".

Em estudos mais recentes, depois da morte de Capistrano, com descobertas de novos documentos e maiores aprofundamentos críticos e exegéticos, têm sido demonstrados exemplos de organizações de classes nos tempos coloniais, com reconhecimento formal de grêmios de ofícios, organizados nos moldes da representação dos mistérios da Metrópole. Mas, em verdade, como se lê em Vieira Fazenda, nunca foram tais grêmios numerosos nem muito menos puramente profissionais. A sua índole prendia-se mais a irmandades religiosas, protetoras de diferentes profissões, cujos estandartes e bandeiras eram adotados. Nunca tivemos uma organização corporativa do tipo lusitano das Casas dos Vinte e Quatro. No Rio, anota Vieira, solicitara a Câmara, em 1624, para eleger dois oficiais de mistérios. Na resolução de 1661, em tempo de Salvador Benevides, são eles encontrados em número de 4. Em 1736, ordenou o Governador José da Silva Pais que fossem eleitos 8 representantes; 4 pela nobreza; 2 pela mercancia e 2 pelo último estado ou mecânico.

Muitos livros da Irmandade de São José foram destruídos quando da invasão dos fran-

ceses em 1711 e, de modo geral, com o incêndio dos arquivos da Câmara de 1790, perderam-se os mais importantes elementos para este histórico. Com o levantamento do *Compromisso da Irmandade de São Jorge*, levado a efeito por Melo Moraes Filho, verificou-se que eram anexas daquela confraria os ofícios de serralheiros, ferreiros, cutileiros, espingardeiros, latoeiros, pilhereiros, funleiros, caldeiros, e p a d e i r o s, douradores e seleiros. Deviam apresentar a imagem de São Jorge na procissão do Corpo de Deus, além de pagarem a jóia de 18920 e anuidade de 940 réis.

ESCRavidÃO E TRABALHO LIVRE

Afirma Baltazar Lisboa que tais costumes já haviam caído em desuso em 1663, tendo o Conselho de então ordenado a sua restauração, determinando que os juizes de ferreiros e pedreiros apresentassem a imagem de São Jorge.

Com a predominância do trabalho escravo em todas as atividades manuais e mecânicas, pouco sobrava de trabalho livre e artesanal para a constituição de grêmios de ofícios. Ao lado disso, considere-se a constante e crescente perseguição da Metrópole contra o surgimento e fixação de qualquer trabalho industrial ou de qualquer manufatura. No Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, ao passar o Governador em 1779, registram-se algumas manufaturas autônomas e relativamente grandes. Adverte-se ali, no entanto, contra o perigo de tais atividades, que não só faziam concorrência ao comércio do Reino, como tornavam os povos da colônia por demais independentes. Enumeram-se também os casos em que o Vice-Rei teve de intervir, suprimindo fábricas que se iam tornando por demais notórias. Pelo Alvará de 3 de janeiro de 1783, mandando extinguir as manufaturas têxteis, foram atingidas no Rio de Janeiro 16 pessoas, que possuíam teares de tecidos de ouro e prata, de linho, lã e algodão, onde se fabricavam panos de algodão fino, cobertores felpudos, bacetões, toalhas de mesa e guardanapos. Os teares foram desmontados e remetidos para Lisboa, para serem vendidos pelos preços que mais conviessem aos compradores.

Apesar do Alvará de 1 de abril de 1803, de D. João VI, permitindo o livre estabelecimento de todo o gênero de manufatura no Brasil, e da Proclamação da Independência em 1822, pouco se alterou a situação econômico-social do País, pois a escravidão continuava como a base da nossa organização social, predominantemente

rural e latifundiária, de cana-de-açúcar ao Norte e da cultura do café ao Sul. As indústrias eram e foram realmente poucas durante todo o período imperial em que pese aos esforços de José Bonifácio, Echwége, Câmara, Mauá e poucos mais.

Não bastaram a Constituição de 25 de março de 1824, nem a lei sobre contrato de prestação de serviços, de 13 de setembro de 1830; nem a lei para os contratos de locação de serviços dos colonos, de 11 de outubro de 1837; nem ainda a lei dispondo sobre o contrato de locação de serviços aplicados à agricultura, de 15 de março de 1879. O País continuava essencialmente agrícola, com uma economia de grandes senhores rurais, de grandes culturas extensivas e latifundiárias. As relações sociais oriundas das maneiras de produzir não condicionavam nem permitiam amplas e verdadeiras associações de classe, de tipo urbano, para uma sociedade industrializada, e formada por trabalhadores livres.

Assim mesmo, ainda antes da libertação dos escravos e da proclamação da República, podemos apontar, no Rio de Janeiro, entre outras, a Liga Operária, criada em 1870, a União Operária, constituída pelos trabalhadores do Arsenal da Marinha, instituída em 1880, além da atual Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 7 de março de 1880, como grêmio misto de caixeiros e patrões, com finalidades de assistência e beneficência, procurando coordenar os interesses da classe para melhores condições de vida.

PERÍODO REPUBLICANO — ATÉ 1930

Sem aprofundar as causas, próximas e remotas, do 13 de maio de 1888, não resta a menor dúvida que podemos tomar esta data como marco decisivo para a história econômica e social do Brasil e, por conseguinte, do Rio de Janeiro. A urbanização e a industrialização da sociedade carioca começam naquela data, com a extinção da escravidão, com a proclamação da República logo depois e, principalmente, com a intensificação das correntes migratórias, de braços livres para as fábricas incipientes. A estrutura econômica do período colonial e imperial se fizera fora dos acanhados núcleos urbanos. A Cidade do Rio de Janeiro, em 1889, fora invadida pelos numerosos ex-escravos, principalmente vindos do interior e das suas cercanias. Criavam-se problemas de toda ordem, inclusive de habitação. Por outro lado, traziam os imigrantes — italianos, espanhóis, portugueses etc. — os seus hábitos profissionais urbanos, a sua ideologia, o seu espírito de organização e de reivindicação. Em 1910, quando nos visitou o padre Graffre, deixou ele escrito no seu livro *Vision du Brésil*, que estes estrangeiros — anarquistas, sindicalistas, socialistas, comunistas etc. — trouxeram para estas plagas as suas reivindicações agressivas de lutas de classe. Para bem nosso, concluiu, deviam ser expulsos... Não sabia ele, entretanto, que, desde setembro de 1903, havia sido aprovada na Câmara uma lei de expulsão de estrangeiros que "comprometessem a segurança nacional ou a tranqüilidade pública". A lei foi promulgada em dezembro de 1904 pelo Presidente Rodrigues Alves, tendo como Ministro da Justiça, J. J. Seabra.

Pois bem, na década de 1890/1900, já contava o Rio de Janeiro com 522 000 habitantes, dentro assim da categoria de grande metrópole. Havia por toda parte uma febre de recuperação do tempo perdido, uma vontade intensa de queimar etapas no caminho da industrialização, da urbanização e da formação de um autêntico movimento social carioca. O Rio era, de longe, o principal centro industrial do Brasil. Para uma população de 522 000 habitantes, 124 000 eram estrangeiros, isto é, 25%. A população total branca atinha 63%, com os portugueses no comércio retalhista; os ingleses no comércio atacadista; os franceses no comércio da Rua do Ouvidor e da Rua Gonçalves Dias, e os alemães na Rua da Alfândega.

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Depois da segunda metade do século XIX, inicia o Rio o seu "caminhamento centrífugo".

A antiga Rua Direita (atual 1.º de Março), centro da vida social da Cidade nos três primeiros séculos. Gravura de Rugendas



INDOLE DO POVO

A gravidade e a pouca convivência que alguns viajantes notam pelos meados do século XVII são contrabalançadas pela alegria que todos vêem nos negros escravos ou forros, e a vivacidade que muitos igualmente atribuem aos habitantes em geral. O Conde da Cunha — um pouco sizado e cheio de má vontade — escreveu que esta Cidade era habitada por oficiais mecânicos, pescadores, marinheiros, mulatos, pretos bogais e alguns homens de negócio. As pessoas nobres, acrescentava ele, retiravam-se para suas fazendas e engenhos e alguns deixavam por herdeiros filhos naturais e pardos.

O Marquês de Lavradio, que foi mais compreensivo, escreveu também em 1770 que o povo se compunha de gentes da pior educação, de um caráter o mais libertino, e eram negros, mulatos, cabras e mestiços. Mais adiante acrescenta que os minhotos, que constituíam a nata do comércio e o monopolizavam, era gente sem princípios e quase todos com uns nascimentos ordinários.

Pelo contróle que exerciam no comércio, não admitindo nenhum filho da terra, provocam o nascimento daquela reação nacionalista que gera 1817, 1822, 1824, 1848 e outros movimentos durante o século XIX.

Um povo assim composto de gentes de tão má qualidade não se podia tornar independente,

O índio, o branco e o negro produziram o tipo mais anti-racista do mundo; o carioca



pois algum dia daria trabalho de maior consequência. Por isso era preciso conservá-lo em sossêgo e obediência, ocupado em promover os interesses reais, afirmaram sempre os Vice-Reis.

Dez anos depois, no ano da prisão de Tiradentes aqui, Luís de Vasconcelos informava que no Rio de Janeiro o maior número de seus habitantes se compunha de mulatos e negros, e aqui se praticavam grandes desordens que deveriam ser punidas severamente. Portanto, não é surpresa que os viajantes dos séculos XVIII e XIX no Rio de Janeiro acentuem sempre que a população se compõe de uma maioria negra e mulata e de uma porção insignificante de brancos. A todos impressionam igualmente a indisciplina e a alegria do povo; alguns chamaram atenção para a sua suscetibilidade e brandura. Mas uns poucos notaram que havia, pelos meados do século passado, alguma fermentação de ânimo entre os negros, mantidos sem educação, pelo temor de seu despertar.

O MULATO

Dêles distanciados, "os mulatos, gente indócil e rixenta, podiam ser contidos a intervalos por atos de prepotência, mas reassumiam logo a rebeldia originária. Suas festas, menos cordiais que as dos negros, não raro terminavam em desaguisados; dentre elles saíam os assassinos e capangas profissionais. Crescendo em número, desconheciam, e afinal extinguiram as distinções de raças e foram bastante fortes para romper com as formas do convencionalismo vigente e viver como lhes pedia a indole inquietada", segundo resumia Capistrano de Abreu seu papel social.

Para o nivelamento racial e a ascensão social, amaciando a vida, muito concorrem as mulatas. Elles e elas foram sempre muito ambivalentes, ora facilitando os contactos pessoais,

pelo uso imoderado de recursos de simpatia e adulação, a ponto de se tornarem conformistas e acomodados, a serviço dos interesses dominantes, ora inconformados e rebeldes. Os caia-dos formam o primeiro grupo; os segundos engrossaram a fileira dos criminosos ou dos capangas e assassinos políticos — uma rebeldia adesista —, ou a dos cipoelras e capadócios.

O tráfico, muito ativo durante a primeira metade do século XIX, aumentou a população de côr, tão predominante que levou Kidder, observador muito inteligente, a escrever que a multidão era o negro. E era esse negro e essa mestiçagem que davam ao Rio o seu aspecto peculiar. Rugendas anotou que se havia pouca diferença entre brasileiros e portugueses das classes superiores, "o mesmo não ocorre nas classes inferiores e só estas podem ser chamadas povo. Nelas nada impede o desenvolvimento do caráter nacional e elas se diferenciam no Rio de Janeiro e cercanias das classes inferiores de Portugal ou pelo menos da Capital de Portugal; suas atitudes são mais francas e mais desembaraçadas. Tudo no Rio de Janeiro é mais animado, barulhento, variado, livre. Nas partes da Cidade habitadas pelo povo, a música, a dança, os fogos de artifício emprestam a cada noite uma atmosfera de festa e se não encontram grande vigor nem muita delicadeza na letra das canções para violão e nas conversas barulhentas dos grupos, observam-se pelo me-

nos bastante espírito e bom senso. O povo das outras cidades marítimas, como Bahia e Pernambuco, parece-se em verdade com o do Rio de Janeiro, mas há menos leveza e graça nos habitantes destas cidades, principalmente nos de Pernambuco".

Rugendas volta, páginas adiante, a repetir o mesmo conceito sobre a igualdade dos traços comuns das classes elevadas do Rio e das grandes cidades européas e a diversidade bulhenta das classes inferiores, especialmente a alegria negra.

Os grupos maiores mestiços e negros continuavam seus caminhos próprios, e a sociedade no Rio de Janeiro, como em outras cidades, estava dividida pela porção privilegiada e a multidão mestiça, alegre e descuidada, festiva e deseducada. Uma multidão não inteiramente integrada, que se separa e se aparta do grupo dominante, já agora inteiramente europeizado, ocidentalizado e naturalmente alienado.

NACIONALIZAÇÃO DO BRASIL

Quanto ao êxodo das populações de outros Estados para o Rio de Janeiro, anotou Edison Carneiro, com razão, em seu ensaio sobre Elementos Novos no Folclore Carioca, que estava o mesmo transformando o panorama folclórico carioca. Há hoje colônias e verdadeiras comunidades regionais que monopolizam certos empregos e trabalhos. A Cidade está, assim, sob a constante influência de elementos novos.

Há, contudo, alguns traços permanentes observados por cronistas e viajantes no correr dos séculos. Um dêles é a alegria da gente, generalizada entre os negros, observada entre os minhotos. A gravidade, a formalidade e a pouca convivência mais lusitana que carioca, anotada, contudo, nos grupos brancos do senhoriato, foram pouco a pouco se dissolvendo no convívio franco e amplo que distingue o carioca.

Não é certamente boêmio, arte de residentes provincianos; ao contrário, é extremamente ativo; resume, em si, as virtudes e os defeitos nacionais, pela síntese que operou dos mesmos elementos e dos elementos vindos de todas as partes do Brasil. Não é dono de nada, porque o Rio pertence a todos e o carioca pensa sempre em termos nacionais. Isto está nas suas raízes, vem de 1763.

Por tudo isso, especialmente pela integração e adesão de grupos de todas as regiões brasileiras, o Rio de Janeiro foi capaz de promover, como nenhum outro, a nacionalização do Brasil, chave da nossa cultura atual. Não é surpresa, por isso, que ontem como hoje os mais altos cargos dêste Estado ou os dos serviços federais aqui localizados não sejam exercidos por cariocas. A grande maioria dos Prefeitos do antigo Distrito Federal não foi carioca; atualmente, nenhum dos três Senadores pelo Estado da Guanabara é carioca; não é carioca a maioria dos Deputados estaduais e federais, e apenas 11 dos 36 membros do Tribunal de Justiça do Estado são cariocas. Neste ano de 1965, dos cinco candidatos a Governador, somente um é carioca.

Não é de admirar, assim, que muitos tenham servido mais aos seus interesses e aos interesses partidários, que aos interesses da Cidade. Um caso curioso é o do Sr. Aduato Lúcio Cardoso, mineiro de Curvelo, eleito pela Cidade do Rio de Janeiro, que levou ao Presidente da República conterrâneos seus, dizendo: "Presidente, cada um tem sua Mecejana; a minha é Curvelo".

O Rio é uma Cidade que tem sido traída, sempre traída, como escrevia em sua época Ribeyrolles, apesar de sua grande contribuição nacional.

PERSONALIDADE CARIOCA

Um povo nascido de tanta mistura, rebelde aos excessos das autoridades, inconformado com os abusos, venceu pouco a pouco as discriminações da elite, e a tolerância, a sensibilidade nacional, a consciência democrática, o espírito aberto e acessível tornaram-se características do comportamento da maioria. Daí sua vocação para servir de fundo às grandes vitórias das aspirações nacionais realizadas aqui. Por isso mesmo e por isso que se vive no Rio de Janeiro o nascimento do bairrismo, fruto nôvo das discriminações anticariocas. Antes que estas cresçam, pode-se dizer que o carioca possui aquelas mesmas características que predominam na personalidade brasileira: 1) Uma sensibilidade nacional muito viva. — 2) Uma consciência muito alerta da herança histórica. — 3) A forma pacífica das relações sociais. — 4) A tendência para a solução política de compromisso. — 5) A franqueza e acessibilidade que facilitam a adaptação e integração dos oriundos da imigração e de migrações internas. — 6) Tradição democrática e liberal. — 7) Predominância católica, com forte ascensão espiritual e protestante. — 8) O terrorismo, de que tem sido vítima primeira e principal, desde Mem de Sá, levou o povo, em sua massa, a ser relativamente insensível às ideologias, lento em revoltar-se e fácil de governar. — 9) Ainda assim é talvez dos mais politizados e pela força de sua classe média é possívelmente a população brasileira mais sensível ao reformismo. — 10) A indignação moral da classe média tem sido o grande caldo em que têm fermentado as conspirações militares-restauradoras. — 11) A população operária ocupada nos estabelecimentos industriais — mais de 140 000 operários — dá nôvo sentido à conduta política, mais social, mais trabalhista, mais nacionalista que em outras cidades do Brasil. — 12) Ao lado do terrorismo, sempre prevaleceu a força cívica de desvio político. A própria esquerda é festiva. Só a direita é sinistra. Ninguém escapa, por mais rudimentar que seja, a agir politicamente, mesmo que afete desconhecer qualquer ideologia. — 13) No Rio, como em nenhuma outra parte do Brasil, agem poderosamente os maiores grupos de pressão, querendo impor a solução para seus interesses como solução nacional. — 14) Aqui, como em São Paulo, as forças de alienação exercem um papel desintegrador do caráter carioca e nacional. — 15) As insuficiências do personalismo, a corrupção — arte nobre e não popular —, o irrealismo das elites, deslumbradas sempre pela visão do exótico, a não integração social, a fraqueza econômica, impedem a vitória sobre a política subdesenvolvida, que tem sido o traço principal da política carioca e refletido poderosamente na política subdesenvolvida nacional.

As insuficiências cariocas não têm podido ajudar a libertar o Brasil das insuficiências nacionais, mas têm, sobretudo, nacionalizado os brasileiros.



O Operário, escultura em ferro, símbolo do trabalhador do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro



Evaristo de Moraes, grande advogado, pioneiro da legislação trabalhista, defensor das reivindicações operárias

próprio das grandes cidades, deslocando-se sua população do centro para a periferia. As indústrias começam a se fixar em certas zonas da Cidade, ao longo dos rios ou nos vales (Rio Joana, Maracanã, nos bairros da Tijuca, Andaraí, Vila Isabel, nos Gávea, em Laranjeiras; mais tarde, em São Cristóvão). Muito facilitou a industrialização do Rio de Janeiro a sua localização geográfica, como centro consumidor, financeiro e, sobretudo, como porto de mar. Por outro lado, devido à proximidade da Serra do Mar, foi-lhe fácil aproveitar-se do potencial hidrelétrico para as novas indústrias que iam surgindo.

Quem diz industrialização, diz atração de mão-de-obra. Segundo o Censo de 1950, existiam naquele ano no Rio de Janeiro, 5 143 estabelecimentos industriais, dos quais 62 anteriores a 1900 e 509 anteriores a 1930. A maior parte das primeiras indústrias prendia-se a fábricas de tecidos e de produtos alimentícios. E segundo os dados da Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1908, já contava a Capital com 35 000 operários, enquanto São Paulo possuía somente 24 000. Já em 1920, esse número crescia para 58 000 e o consumo de cavalos-vapor pela indústria era de 69 700. Em 1940, contava com 123 000 operários e 137 100 Cv; em 1950, com 171 500 operários e um consumo de 276 300 Cv. Em 1908, possuía o Rio 20 sociedades anônimas; para 44 no ano de 1910 e 100 no ano de 1912.

Já havia, assim, condições estruturais para o surgimento de um movimento sindical relativamente forte e autônomo, ao contrário do que muita gente pensa. Em poucos momentos da história da Cidade se poderá encontrar um movimento social tão intenso, ativo e corajoso como o que vai do começo do século até 1930.

PRIMEIROS SINDICATOS

Devido à sua condição de porto de mar, com imenso volume de importação e de exportação, coube aos trabalhadores da orla marítima constituir os primeiros e mais fortes sindicatos da Cidade, com organização própria, reserva financeira, bancos, autodisciplina profissional invejável. Chamavam-se Sociedades de Resistência do Cais do Pôrto, em geral de operários estivadores. Assim registradas depois da lei n.º 1 637, de 5 de janeiro de 1907, que veio regular e permitir a sindicalização de todas as classes, inclusive as profissões liberais. Dizia o art. 2.º, nas suas primeiras linhas: "Os sindicatos profissionais constituem-se livremente, sem autorização do Governo, bastando para obterem os favores da lei depositar no cartório do registro de hipotecas do distrito respectivo..." Curioso é que este registro sindical em cartório de hipotecas, por falta de Ministério próprio especializado, mas a liberdade sindical é absoluta para a formação da entidade, como acontecia na lei francesa de 1834.

Por volta de 1903, fundaram os trabalhadores do Estado do Rio a Federação das Associa-

ções de Classe, que passou, três anos mais tarde, a chamar-se Federação Operária Regional, com sede na Capital Federal. Animados com este fato, realizaram os interessados o seu primeiro congresso em abril de 1906, no Rio de Janeiro. Com grande repercussão nacional, transcorreram os trabalhos do mesmo, entrando em luta as duas grandes tendências sindicais: a revolucionária e a reformista, preocupada esta última unicamente com a melhoria gradual das condições profissionais da classe. Saiu vitorioso este ponto-de-vista, sendo aprovada resolução a respeito. Originou-se daí a expressão sociedade de resistência para os sindicatos. Já se faziam representar no congresso, só da Capital Federal, as seguintes entidades, com seus nomes pitorescos: União dos Operários das Pedreiras, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Operários Estivadores, Centro dos Empregados em Ferrovias, União dos Corrieiros e Artes Correlativas, Liga Operária Italiana, Liga dos Artistas Alfaiates, União dos Carpinteiros e Artes Correlativas, União dos Manipuladores de Tabaco, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, Centro dos Operários do Jardim Botânico, Liga das Artes Gráficas, União dos Maquinistas Terrestres, Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais, União dos Recebedores em Ferrocarris, Sociedade de Classe dos Marceneiros, Sociedade Protetora dos Operários Funileiros, Bombeiros e Gasistas, Centro Internacional dos Pintores.

Já então grandes greves — violentas, com a costumeira intervenção da polícia — se haviam realizado, nos primeiros anos de século, destacando-se as seguintes: tecelões, cocheiros, carroceiros, carregadores do Cais do Pôrto, sapateiros, Marinha Mercante. De 1901 a 1903, escreve Evaristo de Moraes uma série de artigos no *Correio da Manhã* favoráveis aos trabalhadores, reunidos mais tarde em livro (*Apontamentos de Direito Operário, Rio, 1905*). Pela primeira vez, a 1 de maio de 1906, reúnem-se os trabalhadores em praça pública, realizando um comício comemorativo. Em 1906, vem a lume o jornal de Elísio de Carvalho, *A Greve*.

NOVAS ENTIDADES

Surgem novas entidades: Associação dos Operários Barbeiros (1906), Associação de Resistência dos Chapelheiros (1907); aparecem novos jornais da classe: *Gazeta Operária* (1906), *Baluartes* (1907), *O Sindicato* (1907); *A Guerra Social* (1910); *A Vanguarda*, semanário socialista (1911); novas greves são deflagradas: carvoeiros (1907), sapateiros, que durou um mês inteiro (1911).

Depois de dois outros congressos de menor expressão, toma dianteira do movimento reformista o Deputado Federal Mário Hermes, filho do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República. É convocado o IV Congresso Operá-

rio Brasileiro para os dias 7 a 15 de novembro de 1912, no Palácio Monroe. Pelo patrocínio oficial, inclusive com concessão de passagens gratuitas pelo Lóde Brasileiro, há quem veja aqui a instituição do pelego nacional... Além das associações anotadas no congresso de 1906 e das já referidas acima, podem ser acrescentadas, como inscritas: Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Estucadores, Sindicato dos Operários em Oficinas Vários, Sindicato dos Operários em Ladrilhos e Mosaicos, Sindicato dos Operários da Indústria Elétrica, Centro Cosmopolita, Liga Federal dos Empregados em Padarias, Sociedade, Fraternidade e Progresso, Fênix Caixaíral.

A Confederação Brasileira do Trabalho reuniu em volume as conclusões do congresso, publicadas logo no ano seguinte, 1913. Mas outro congresso autenticamente operário, sem qualquer ligação oficial, foi convocado para setembro de 1913.

Com a guerra, recrudescem o movimento operário e sindical carloca, com protestos em praça pública contra o imperialismo capitalista, tomando maior destaque a corrente revolucionária — anarquista, maximalista, anarco-sindicalista, comunista, socialista. Prisões, fechamento das sedes dos centros operários, violências, greves. Em 1914, surge o jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação. Em março de 1916, a polícia fecha a própria Confederação.

A luta continua, com greves e violências. A repercussão da Revolução russa de 1917 é imensa nos meios radicais. Com o fim da guerra, prepara-se a greve geral. O *Correio da Manhã* de 21 de julho gritava em letras garrafais: "O Operariado brasileiro e a parede universal — a greve e a chegada do Embaixador brasileiro à Conferência de Paz". Havia mortos e feridos no encontro da polícia com os operários. O Centro Acadêmico Nacionalista manifestou-se do lado dos trabalhadores. Uma delegacia policial de São Cristóvão foi dinamitada pelos grevistas.

Antes da criação da Organização Internacional do Trabalho pelo Tratado de Versalhes, envia o então Presidente da República, Delfim Moreira, em 16 de maio de 1919, a primeira mensagem ao Congresso Nacional chamando a atenção para a gravidade da questão operária e solicitando medida legislativa a favor dos trabalhadores.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Já àquela época havia sido criada na Câmara, sob a presidência do Deputado paulista José Lóbo, a Comissão de Legislação Social. Eplício Pessoa, eleito Presidente do Brasil durante sua ausência, desembarca de volta da sua missão à Conferência de Paz, preocupado com o assunto e trazendo enorme bagagem com as últimas publicações européias sobre a questão do trabalho.

Durante a guerra e os movimentos grevistas, novos sindicatos surgiram: Contadores (1916), Associação dos Operários da América Fabril (1919), inclusive um estranho e curioso Centro Nacional dos Empregados em Escritórios (1919). Destacava-se, no movimento social brasileiro, o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Cafés, Restaurantes e Similares do Rio de Janeiro, antigo Centro Cosmopolita, com sede na Rua do Senado, onde em 1921 se fundaria o Centro Comunista.

Já então corria na Câmara o projeto de um Código do Trabalho e havia sido promulgada a lei de proteção aos acidentes do trabalho (1919). Novos êxitos seriam alcançados em 1923 (aposentadoria e pensões, Conselho Nacional do Trabalho), 1925 (férias de 15 dias), 1926 (caixas dos portuários), 1927 (trabalho dos menores), 1928 (trabalho dos artistas e casas de diversões). Aproxima-se a crise universal de 1929, com repercussão entre nós também na crise do café. A Revolução de 30 — nacionalista, urbana, da burocracia civil e militar, com o proletariado unido e certas camadas da burguesia industrial — se aproximava. Os antigos líderes intelectuais e proletários foram chamados a cooperar com ela. Criou-se o Ministério do Trabalho, com o pleno reconhecimento das entidades sindicais pelo Decreto n.º 19 770, de 19 de março de 1931, de autoria de Evaristo de Moraes (Consultor Jurídico do Ministério) e de Joaquim Pimenta (Consultor Técnico). O primeiro sindicato reconhecido foi a Sociedade União dos Operários Estivadores do Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1931.

O Rio de Janeiro, como Capital Federal, teve juntamente com São Paulo um intenso, corajoso e reivindicador movimento sindical e operário durante a chamada Primeira República. Com sacrifício, sem imposto sindical, revolucionário ou reformista, grandes nomes de lutadores e organizadores merecem lugar de destaque na história deste movimento, obscurecidos mais tarde pelas conquistas e pela propaganda da Revolução de 30, da qual foram os grandes artífices coletivos e quase sempre anônimos.

Pelo cartograma que acima se reproduz, observa-se que o Estado da Guanabara tem suas áreas de maior densidade demográfica nas atuais Regiões Administrativas de Botafogo (IV Região) e Copacabana (V), com 30 000 habitantes por km², seguindo-se — com 25 000 — as de São Cristóvão (VII) e Méier (XII). Em terceiro lugar — com 20 000 —, incluem-se a I (Zona Portuária), a X (Ramos), a XI (Penha) e a XV (Madureira); em quarto — com 15 000 —, a II (Zona Comercial), a III (Rio Comprido, Santa Teresa e Catumbi), a VI (Lagoa), a XIII (Engenho Novo) e a XIV (Irajá); em quinto — com 10 000 —, a VIII (Tijuca) e a IX (Vila Isabel); em sexto — com 5 000 —, a XVII (Bangu); e finalmente, com menos de 5 000 e mais de 1 000, a XVI (Jacarepaguá), a XVIII (Campo Grande), a XIX (Santa Cruz), a XX (Ilha do Governador) e o Distrito Administrativo de Paquetá.

Essa gente carioca, integrada atualmente por elementos raciais das mais diversas procedências, tem, historicamente, suas grandes raízes étnicas nos brancos portugueses e em alguns poucos franceses, nos negros, sobretudo angolanos, e nos índios tupis. Nos anos coloniais predominava, entre os brancos, o imigrante minhoto, de temperamento alegre, e, em proporção menor, portugueses de outra origem, incluindo-se entre estes alguns judeus sefárdicos. A influência do português seria, no entanto, atenuada pela ação do meio, dos negros e dos índios.

A presença do negro na Cidade, na escala em que se verificou — (mais de 10 000 angolanos aqui aportaram, por exemplo, de 1792 a 1794, segundo os *Almanaques do Rio de Janeiro* desses anos — *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 59) —, imprimiria marcas indeléveis no caráter carioca, a sublinhar de muito o acentuado espírito festivo que ele herdara do minhoto. Acrescente-se, outrossim, a ocorrência das mestiçagens com predomínio dos mulatos, que, juntamente com os negros, davam ao Rio de Janeiro dos primeiros tempos o seu aspecto mais característico.

Para o reforço da personalidade básica do grupo branco contribuiu a emigração européia, especialmente depois de 1850, sempre predominantemente portuguesa. Em 1870 havia, somente no Rio de Janeiro, cerca de 80 000 portugueses, provavelmente originários de Entre o Douro e Minho (Viana, Braga, Porto) e de Trás-os-Montes (Bragança e Vila Real), reanimando os traços característicos da população carioca.

O fato é que a personalidade básica das classes dominantes fortificava seus traços, ao receber, como recebeu, de 1870 a 1874, cerca de 46 828 portugueses; em 1891, 29 610; em 1902, 24 170; em 1913, 64 459, em grande parte demandando o Rio de Janeiro.

Na análise feita por Giorgio Mortara sobre *A População do Brasil e Seu Desenvolvimento dos Últimos 125 Anos*, consta que entre os cinco milhões de imigrantes entrados até 1950, as duas maiores correntes foram a italiana (1 560 000) e a portuguesa (1 500 000).

Isto, em termos gerais, porque, considerando apenas o antigo Distrito Federal, no ano de 1940, dos 380 325 portugueses que residiam no Brasil, 154 662 estavam no Rio; em 1950, havia 366 856 portugueses no Brasil e 133 905 no Rio. A grande maioria mantinha sua nacionalidade: em 1940 havia 25 933 naturalizados, e em 1950, 28 595. A tendência dominante da prevalência dos portugueses nos grupos imigratórios continua, e, em 1962, dos 10 655 estrangeiros entrados com visto permanente, 6 073 eram portugueses, seguidos de 1 640 espanhóis e 820 italianos.

No Rio, mais que em São Paulo — outro centro populacional lusitano —, o grupo português constituiu uma verdadeira colônia, que, como tal, mantém separados seus ideais culturais, e não se integra totalmente na síntese carioca, tal como revelou a baixa naturalização de seus quadros. Como colônia influencia a personalidade carioca pelo espírito ultraconservador, mas individualmente o comportamento do lusitano não é sempre deformado por semelhantes tendências, notando-se que muitas vezes a primeira geração nascida aqui torna-se mais carioca que o carioca de várias gerações; socialmente, porém, alguns destes aspectos negativos tomam formas ativas.

A diminuição da quota dos oriundos estrangeiros na população do antigo Distrito Federal, como mostrou Giorgio Mortara, foi na verdade rápida: percentualmente, caiu de 30,8% em 1872, para 29,70% em 1890, 24,75% em 1906, 20,85% em 1920, 12,96% em 1940 e 8,85% em 1950.

Outro aspecto que não pode ser desprezado no exame das características da população carioca é a tendência a uma leve diminuição do grupo branco, acompanhada de um pequeno aumento da proporção do grupo preto e muito pequeno aumento do grupo pardo. A percentagem dos brancos caiu de 71,10% (1 254 353) em 1940, para 69,86% (1 660 834) em 1950, enquanto os

pardos passavam de 17,10% (305 433) para 17,50% (415 935) e os pretos de 11,31% (199 500) para 12,30% (292 524).

Deste modo, a tendência observada no período de 1872 a 1940 para o progressivo aumento da população do grupo branco sofreu uma interrupção no decênio de 1940 a 1950. Os brancos e pretos passaram a constituir 29,80%

REGIÕES ADMINISTRATIVAS DECRETO Nº 898, DE 9-3-1962

- I - Zona Portuária
- II - Zona Comercial
- III - Rio Comprido, Sta. Teresa e Catumbi
- IV - Botafogo
- V - Copacabana
- VI - Lagoa
- VII - São Cristóvão
- VIII - Tijuca
- IX - Vila Isabel
- X - Ramos
- XI - Penha
- XII - Méier
- XIII - Engenho Novo
- XIV - Irajá
- XV - Madureira
- XVI - Jacarepaguá
- XVII - Bangu
- XVIII - Campo Grande
- XIX - Santa Cruz
- XX - Ilha do Governador
- A - Distrito Administrativo de Paquetá

ESTADO

